

# Política Anticorrupção

---

Gestão Corporativa de Políticas

<b>Processo</b> Política Anticorrupção	<b>Data de Publicação</b> 14/04/2020
<b>Responsável pelo Processo</b> Jurídico	<b>Válido até</b> 14/04/2021

## Sumário

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>2</b>
<b>1. OBJETIVO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. ABRANGÊNCIA.....</b>	<b>3</b>
<b>3. CONCEITOS .....</b>	<b>3</b>
<b>4. RESPONSABILIDADE .....</b>	<b>5</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>5</b>
<b>6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....</b>	<b>13</b>
<b>7. HISTÓRICO DE REVISÃO E APROVAÇÕES .....</b>	<b>13</b>

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

## 1. Objetivo

O objetivo desta Política é estabelecer as diretrizes para a atuação e conduta dos Empregados, Administradores e Terceiros perante órgãos públicos nacionais e internacionais na condução de seus trabalhos em nome da Metalrio Solutions S.A. “Metalrio” ou “Companhia”.

Esta Política dá cumprimento à Lei n.º 12.846/2013 e ao Decreto Federal n.º 8.420/2015, conforme texto em vigor na data de emissão desta Política. Além disso, esta Política leva em consideração as melhores práticas de governança no que tange medidas de anticorrupção no Brasil e no mundo, incluindo, por exemplo, o quanto divulgado pelo CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e pelo *Department of Justice* (DOJ) dos Estados Unidos da América. Com isso, busca-se constantemente garantir os mais elevados padrões de integridade, alinhados à transparência nos processos e à sustentabilidade dos negócios.

Quaisquer outras regras ou definições, escritas ou verbais, que estejam divergentes às definições documentadas nesta Política, estão automaticamente invalidadas com a publicação deste documento. Os casos de dúvidas deverão ser endereçados à Área Jurídica.

## 2. Abrangência

Esta política aplica-se a todos os Empregados, Administradores e Terceiros da Metalrio.

Todos os Empregados, Administradores e Terceiros abrangidos pela presente Política, não importando seu país de origem ou onde residam, são responsáveis por compreender e cumprir esta Política em todos os momentos.

## 3. Conceitos

Os principais termos citados nesta política corporativa incluem:

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

- a) Administradores: diretores, conselheiros e membros de comitês.
- b) Autoridade do Governo: todo aquele que exerce uma função pública, de forma temporária ou permanente, com ou sem remuneração, independentemente do cargo ou do vínculo estabelecido. Inclui, mas sem se limitar: (i) qualquer indivíduo que atue no Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou no Ministério Público Estadual ou Federal; (ii) qualquer indivíduo que atue em empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas; (iii) qualquer indivíduo que atue em concessionária de serviços públicos, tais como empresas de distribuição de energia elétrica ou qualquer instituição de ensino ou saúde; (iv) qualquer candidato a cargo público ou qualquer membro de um partido político; (v) qualquer indivíduo que atue em representações diplomáticas ou em entidades estatais de país estrangeiro, bem como atue em qualquer empresa que seja controlada pelo poder público de um país estrangeiro; e (vi) todo indivíduo que atue em organizações públicas internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas ou a Organização Mundial do Comércio.
- c) Código de Conduta: se encontra no portal e também no site [www.metalfrío.com.br](http://www.metalfrío.com.br)
- d) Terceiros: qualquer pessoa, física ou jurídica, contratada pela Metalfrío, e que tenha ou espera-se que venha a ter qualquer tipo de contato com qualquer Autoridade do Governo. Assim, por exemplo, são considerados Terceiros para fins desta Política: representantes comerciais, despachantes, consultores, advogados, distribuidores, revendedores, corretores, despachantes alfandegários, prestadoras de serviços, embarcadores, fornecedores.
- e) Valor Nominal: valor pequeno o suficiente, seja em termos monetários, seja em termos de frequência, para não ser visto como algo que possa influenciar ou tenha influenciado de forma inadequada o julgamento ou as decisões de quem o recebeu.

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

## 4. Responsabilidade

É de responsabilidade da área Jurídica a atualização deste documento anualmente ou sempre que houver mudanças na legislação vigente ou mudança corporativa.

## 5. Metodologia

### 5.1. Orientação Geral

Os Empregados, Administradores e Terceiros nunca devem oferecer tampouco conceder, a qualquer Autoridade do Governo ou Correlato a Autoridade do Governo, qualquer vantagem, monetária ou não, com o objetivo de influenciar as decisões que afetem os negócios da sociedade; ou um ganho pessoal que possa causar algum impacto nos interesses empresariais da Metalfrio ou para obter informações confidenciais sobre oportunidades de negócios, licitações ou as atividades de seus concorrentes.

Os Empregados, Administradores e Terceiros devem evitar qualquer conduta que possa ter uma aparência de impropriedade.

### 5.2. Dar e Receber Brindes e Presentes

Nenhum brinde ou presente poderá ser oferecido, prometido, dado ou recebido, direta ou indiretamente, a qualquer Autoridade do Governo ou Correlato a Autoridade do Governo, com o objetivo de influenciar as decisões da Autoridade do Governo.

Quando for apropriado o uso de brindes e presentes, a Metalfrio somente poderá oferecer brindes institucionais, assim considerados aqueles que exibam logotipos e/ou produtos da empresa, e que sejam de Valor Nominal.

Todos os Empregados, Administradores e Terceiros estão terminantemente proibidos de direta ou indiretamente, prometer, oferecer ou dar brindes e

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

presentes que não sejam brindes institucionais a Autoridades do Governo ou Correlatos a Autoridade do Governo.

Todos os registros (inclusive relatórios de despesas) relativos a brindes e presentes deverão ser completos e corretos. Apresentar informação falsa ou enganosa, ou negligenciar informações conscientemente pode ensejar ações disciplinares contra os Empregados e Terceiros envolvidos, inclusive sua rescisão contratual, conforme Código de Conduta, sem prejuízo de comunicação às autoridades competentes nos casos aplicáveis.

### **5.3. Entretenimento e Benefícios de Hospitalidade**

Todos os Empregados, Administradores e Terceiros estão terminantemente proibidos de direta ou indiretamente, prometer, oferecer ou prestar qualquer tipo de entretenimento ou benefício de hospitalidade às Autoridades do Governo e Correlatos a Autoridades do Governo. Exceções a essa regra deverão ser previamente discutidas e aprovadas pelo diretor responsável pela área Jurídica.

### **5.4. Pagamentos Facilitadores/Taxas de Urgência**

Nos países ou nas circunstâncias em que os pagamentos facilitadores ou taxas de urgência forem ilegais, isto é, com o intuito de agilizar ou garantir a realização de ações de rotina, tais pagamentos ficam estritamente proibidos. Nos países, ou nas circunstâncias, em que os pagamentos facilitadores ou as taxas de urgência forem legais, ainda assim, sugere-se evitar ao máximo referidos pagamentos.

### **5.5. Doações e Contribuições Políticas**

Doações e contribuições políticas em nome Metalrio são proibidas, nos termos do Código de Conduta.

Os Empregados, Administradores e Terceiros devem evitar qualquer conduta que possa ter uma aparência de doação ou contribuição política em nome da Metalrio.

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

## 5.6. Responsabilidade Social, Contribuições Sociais e Patrocínios

A Metalfrío encara com seriedade suas obrigações de fazer a diferença nos países e nas localidades em que atua.

Caso os Empregados, Administradores e Terceiros pretendam praticar alguma iniciativa em nome da Metalfrío, deverá coordenar as ações em conjunto com a área Jurídica da Companhia.

Nenhum Empregado, Administrador ou Terceiro poderá, em nome da Metalfrío, oferecer, fazer ou comprometer-se com alguma contribuição ou doação ou projeto de responsabilidade social em troca de algum benefício relacionado aos interesses negociais da Metalfrío.

Para garantir que essas operações não facilitem a lavagem de dinheiro ou qualquer outro tipo de atividade ilegal, para a Metalfrío deverá conduzir a devida investigação a respeito da identidade e reputação da organização ou da pessoa, a identidade dos principais participantes, a natureza das atividades da organização e suas ligações com outras entidades.

Todos os registros relativos a doações e contribuições sociais deverão ser completos e corretos, com a verificação e a comprovação que as doações e contribuições foram destinadas e utilizadas para as finalidades a que originalmente se destinavam.

Os patrocínios estarão limitados a eventos comerciais legítimos alinhados com as atividades e negócios conduzidos pela Metalfrío e/ou aos casos em que reste comprovado algum tipo de benefício à coletividade, como, por exemplo, ações de apoio cultural, educacional, assistencial, esportivo, dentre outros. Os patrocínios deverão ter caráter oneroso, devendo ficar clara a contrapartida a ser recebida pela Metalfrío. Os patrocínios envolvendo fundações ou quaisquer entidades ligadas a pessoas que sejam ou tenham sido a qualquer tempo Autoridades do Governo ou Correlatos a Autoridades do Governo deverão ser avaliados e aprovados pelo diretor responsável pela área de Jurídica.

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

## 5.8. Participação em Licitações

A licitação é o procedimento utilizado pelos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para contratação de serviços ou produtos de terceiros.

As licitações têm como principal objetivo garantir a isonomia, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e devem ser realizadas em estrita conformidade com a legislação aplicável.

Os Empregados, Administradores e Terceiros devem sempre agir de modo transparente e honesto em relação a todos e quaisquer processos ou procedimentos que envolvam licitações ou contratações com a administração pública, seja em âmbito nacional ou internacional, ficando terminantemente proibidas todas as ações que possam ser caracterizadas como fraude em concorrência pública ou manipulação de editais de concorrência.

Todas as decisões tomadas no decorrer dos procedimentos licitatórios devem ter como fundamento único e exclusivo rígidos padrões técnicos, econômicos e jurídicos, e não devem, em nenhuma circunstância, se valer do uso indevido de qualquer influência sobre a Autoridade do Governo ou sobre concorrentes.

Os Empregados, Administradores e Terceiros podem manter contato com a Autoridade do Governo responsável no decorrer da licitação apenas e tão somente para esclarecer dúvidas técnicas quanto às regras e documentos que devem ser apresentados. Tais contatos devem ser formalizados por escrito, seja por carta, e-mail ou qualquer outro meio digital.

## 5.9. Outros Tipos de Benefício, incluindo contratação de Empregados



Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

Praticar o favorecimento (inclusive garantir estágios e empregos a Correlatos a Autoridade do Governo; fazer uma contribuição beneficente ou de outra natureza com relação às atividades da Metalrio; emprestar um produto ou fornecer acesso às instalações da Companhia) deve ser considerado como ato sujeito às leis anticorrupção. Segundo essas leis, a forma de "suborno" inclui "qualquer coisa de valor" – ou seja, favores, empregos, conveniências, doações sociais ou oportunidades favoráveis proporcionadas direta ou indiretamente aos contatos comerciais e pessoas que possam causar impacto nos negócios da Metalrio.

Com relação à contratação de estagiário ou empregados correlatos a autoridades do governo, é responsabilidade da Área de Recursos Humanos da Metalrio verificar se o candidato é ou já foi Autoridade do Governo, bem como se há relação de parentesco deste com Autoridades do Governo. O resultado da pesquisa deverá ser reportado ao responsável pela área Jurídica, que fará a recomendação pertinente.

Com relação a outros benefícios acima descritos, os Empregados, Administradores e Terceiros devem reconhecer e abordar essas situações com grande cautela e contatar a Área de Jurídica antes de oferecer ou proporcionar esses tipos de benefícios a qualquer Autoridade do Governo ou Correlatos a Autoridades do Governo.

#### **5.10. Procedimentos de Fusões e Aquisições**

A Metalrio deverá adotar procedimento de diligência prévia à consumação de operações de compra de ativos ou sociedades, com o objetivo de analisar o envolvimento da empresa *target* em atos de corrupção e/ou outras violações legais, bem como a adoção de Programa de Integridade para mitigar a ocorrência destes eventos.

#### **5.11. Outras Condutas Proibidas**

Condutas adicionais estritamente proibidas:

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

- i. Qualquer forma de corrupção, extorsão ou fraude;
- ii. Oferecer ou aceitar propinas, subornos ou outros incentivos ilícitos;
- iii. Falsificação de documentos, relatórios de despesas, registros financeiros, marcas ou produtos;
- iv. Apropriação indébita, contrabando, falsificação, espionagem empresarial ou outras práticas desleais e anticoncorrenciais.

O rol acima é meramente exemplificativo e não exaustivo. São proibidas quaisquer condutas ilegais ou imorais.

## **5.12. Controles Contábeis**

A Metalrio mantém um sistema de controle contábil interno que requer que todos os Empregados e Administradores façam e mantenham registros detalhados de maneira fidedigna e que reflitam fielmente as operações e a disposição dos ativos da empresa. Lançamentos falsos, enganosos ou incompletos em tais registros ou em outros documentos são estritamente proibidos. Não poderão ser estabelecidos fundos ou contas que não estejam divulgados ou registrados, qualquer que seja o motivo.

Os ativos fixos da Metalrio devem ser confrontados regularmente com os ativos contábeis.

As despesas em que os Empregados, Administradores e Terceiros da Metalrio incorrerem deverão ser comprovadas por meio de descrição detalhada de atividades e por notas fiscais ou faturas originais que reflitam os valores despendidos.

A apresentação e a aceitação consciente de registros, notas fiscais, recibos e/ou faturas falsas são estritamente proibidas e ficarão sujeitas à sanção, inclusive a rescisão contratual e o ajuizamento de ação judicial contra a(s) pessoa(s) envolvida(s).

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

### 5.13. Terceiros

A Metalrio conduz suas atividades segundo os mais altos padrões de ética e integridade e fazem negócios somente com Terceiros íntegros, honestos e qualificados.

A Metalrio deve sempre proceder à devida *due diligence* do Terceiro, antes de contratá-lo, bem como devem fazer o monitoramento de suas atividades posteriormente.

A Metalrio não deve contratar Terceiros que foram indicados ou recomendados por Autoridades do Governo ou correlatos a Autoridades do Governo. Dúvidas devem ser encaminhadas à área Jurídica.

Para fins de efetividade desta política perante Terceiros, os contratos firmados pela Metalrio deverão conter uma cláusula específica referente ao cumprimento das normas anticorrupção, mitigando, assim, os riscos da prática de atos corruptos pelos Terceiros que agem em nome Companhia.

Além disso, os Terceiros deverão prestar declaração confirmando que receberam, leram, compreenderam e se comprometem a cumprir com esta Política.

Outras instruções, previstas na Política de Contratação de Terceiros, devem ser seguidas à risca.

### 5.14. Violação da Lei ou da Política

#### 5.14.1. Violações

As violações desta política serão investigadas e avaliadas pela área Jurídica, conforme cada caso, podendo resultar em sanções para Metalrio e para as pessoas físicas envolvidas, sem prejuízo de eventual comunicação às autoridades competentes se for o caso.

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

As sanções para as pessoas físicas podem incluir ações disciplinares, inclusive, mas sem se limitar, a demissão por justa causa, rescisão contratual, sem prejuízo de outras sanções estabelecidas no Código de Conduta.

#### **5.14.2. Dever de Comunicar**

Qualquer Empregado, Administrador ou Terceiro que souber ou suspeitar da ocorrência real ou iminente de alguma violação desta Política deverá encaminhar o caso preferencialmente através do Canal de Denúncia ou entrar em contato com o Gerente, Gerente Geral ou Diretor da sua área e/ou com o Departamento Jurídico. A Metalfrio jamais tolerará qualquer ato de retaliação contra a pessoa que comunicar, de boa-fé, suspeitas de violações da lei, ética ou de suas políticas.

O Canal de Denúncia está disponível 24 horas por dia, por meio do endereço de e-mail [canaldeetica@metalfrio.com.br](mailto:canaldeetica@metalfrio.com.br), sendo um meio seguro de reporte às violações desta política a área Jurídica. O Canal de Denúncia está apto a garantir a confidencialidade das informações reportadas, bem como o anonimato das pessoas que os utilizarem.

#### **5.14.3. Disposições gerais**

A Metalfrio jamais tolerará qualquer ato de retaliação ou penalização contra a pessoa que se recusar a praticar atos corruptos, mesmo que isso implique em atrasos ou perda de negócios.

Dúvidas com relação à legislação aplicável ou interpretação desta Política devem ser esclarecidas com o Departamento Jurídico.

Denúncias pertinentes aos temas tratados nesta política deverão ser acompanhadas, sempre que possível, por fatos e dados concretos.

Todas as denúncias recebidas pela Metalfrio serão tratadas com sigilo conforme permitido por lei.

Processo Política Anticorrupção	Data de Publicação 14/04/2020
Responsável pelo Processo Jurídico	Válido até 14/04/2021

## 6. Documentos Complementares

Esta política será revisada sempre que a Companhia julgar necessário, a fim de proteger e resguardar a integridade e a segurança do ambiente e garantir o cumprimento de normas e legislações existentes.

Adicionalmente, as políticas que estão relacionadas a este documento são:

- Código de Conduta e Ética

## 7. Histórico de revisão e aprovações

Status:	Nome	Área	Data	Versão
Preparado:	Mônica Alcântara	Auditoria Interna	28/03/2020	01
Revisado:	Marcelo Venerando	Coord. Jurídico	30/03/2020	01
Aprovado:	Frederico Moraes	CFO	1º/04/2020	01